

**Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)**  
*In memoriam Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)*

# CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
  - Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
  - Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
  - Patrícia Pimentel de Oliveira
  - Patrícia Silveira Tavares

16ª edição

De acordo com as Leis n. 14.533, 14.548, 14.644, 14.645, 14.685,  
14.692, 14.713 e 14.721, de 2023, e a Lei n. 14.811, de 2024

2024



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência de conteúdo e aquisições</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Gerência editorial</b>	Livia Céspedes
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Iris Ferrão
<b>Design e produção</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Giselle Cristina da Silva Monório Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolari Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	NSM Soluções Gráficas
<b>Revisão</b>	Daniela Georgeto
<b>Capa</b>	Tiago Dela Rosa
<b>Adequação de capa</b>	Lais Soriano
<b>Produção gráfica</b>	Martí Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9418**

M152c Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade  
Curso de Direito da Criança e do Adolescente /  
Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 16.  
ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2024.  
1.488 p.  
ISBN 978-85-5362-127-9 (Impresso)  
1. Direito. 2. Direito da criança e do adolescente.  
I. Título.  
CDD 342.17  
2023-3147 CDU 342.726

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito da criança e do adolescente 342.17  
2. Direito da criança e do adolescente 342.726

**Data de fechamento da edição: 16-1-2024**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA [ 16095 ] CL [ 808.531 ] CAE [ 847.831 ]

## Sumário

<i>Autores</i> .....	V
<i>Agradecimento especial</i> .....	XIII
<i>Prefácio à 1ª edição</i> .....	XXXIII
<i>Apresentação</i> .....	XXXVII
<i>Homenagem Póstuma à Dra. Rosa Carneiro</i> .....	XXXIX
<i>Nota à 16ª edição</i> .....	XLIII
<i>Nota à 15ª edição</i> .....	XLVII
<i>Nota à 14ª edição</i> .....	XLIX
<i>Nota à 13ª edição</i> .....	LIII

### PARTE I O DIREITO MATERIAL SOB O ENFOQUE CONSTITUCIONAL

Evolução histórica do direito da criança e do adolescente.....	3
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Idade Antiga.....	4
2. Idade Média.....	5
3. O direito brasileiro.....	5
4. O período pós-Constituição de 1988.....	9
Referências.....	13
Doutrina da proteção integral.....	14
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Introdução.....	14
2. Documentos internacionais.....	16
3. Da situação irregular à proteção integral.....	20
Referências.....	23

Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente .....	25
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações iniciais.....	25
2. Princípios e regras .....	26
3. Os macroprincípios .....	27
3.1. Princípio da prioridade absoluta .....	28
3.2. Princípio do interesse superior da criança e do adolescente ou do melhor interesse.....	38
4. Princípio da municipalização.....	43
Referências .....	45
Dos direitos fundamentais.....	47
<i>Andréa Rodrigues Amin</i>	
1. Considerações gerais .....	47
2. Âmbito de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	48
3. Direito à vida.....	50
4. Direito à saúde .....	50
4.1. Nascituro e atendimento à gestante.....	52
4.2. Saúde de crianças e jovens .....	62
4.3. Atendimento médico a criança e adolescente desacompanhados.....	69
4.4. Crianças e adolescentes com deficiência.....	71
4.5. Crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista .....	72
4.6. Doentes crônicos.....	72
4.7. Direito a acompanhante .....	74
4.8. Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.....	76
5. Direito à liberdade.....	76
6. Direito ao respeito e à dignidade.....	80
6.1. Da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente ...	85
7. Direito à educação .....	87
7.1. Igualdade .....	89
7.2. Acesso e permanência .....	95
7.3. Níveis e modalidades de ensino .....	99
7.4. Ensino noturno.....	113
7.5. Educação de jovens e adultos.....	113
7.6. Flexibilização do ensino .....	114
7.7. Regime especial para gestantes .....	114
7.8. Educação das relações étnico-raciais.....	115
7.9. Educação digital.....	116

7.10. Educação democratizada.....	116
7.11. Financiamento da Educação Básica.....	118
8. Direito a cultura, esporte e lazer.....	121
9. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	122
9.1. Aprendizagem.....	125
9.2. Trabalho rural.....	126
9.3. Atletas mirins.....	127
Referências.....	129
Direito fundamental à convivência familiar.....	131
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Origem da família.....	131
2. Princípios norteadores da família.....	133
3. Noção atual de família.....	139
4. Conceituação de convivência familiar e comunitária.....	146
5. A convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente na situação do art. 98 do ECA.....	149
Referências.....	156
Poder familiar.....	159
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. A denominação do instituto.....	159
2. Aspectos pessoais.....	167
2.1. Dever de registrar o filho e o direito ao estado de filiação.....	169
2.1.1. Considerações gerais.....	169
2.1.2. Regularização dos dados parentais na certidão de nascimento do filho.....	178
2.1.3. O registro civil de criança e de adolescente na hipótese do art. 98 do ECA.....	181
2.1.4. Do dever ao nome: sanções possíveis.....	187
2.1.5. Dos dados registraes decorrentes da adoção e o conhecimento da ascendência genética pelo adotado.....	191
2.1.6. Os vínculos parentais socioafetivos.....	195
2.2. Dever de guarda e o direito fundamental do filho de ser cuidado.....	202
2.2.1. Guarda na ruptura da relação afetiva dos pais.....	205
2.2.1.1. Guarda compartilhada.....	212
2.2.1.2. Convivência com o não guardião.....	217
2.2.1.3. Situações delicadas de convivência.....	220

2.2.1.4. A convivência na alienação parental .....	223
2.2.1.5. Convivência com a família extensa e afins .....	229
2.3. Dever de criar e educar o filho e o direito fundamental deste à educação, à profissionalização e à cidadania .....	231
2.4. Dever de sustento e o direito fundamental à assistência material .....	234
2.5. Dever de assistência imaterial e o direito ao afeto .....	242
2.5.1. Da devolução do filho adotivo .....	244
2.6. Dever de proteção à imagem e à privacidade do filho e o direito ao respeito .....	250
3. Aspectos patrimoniais do poder familiar .....	257
4. Suspensão do poder familiar .....	259
5. Extinção do poder familiar .....	262
5.1. Morte .....	264
5.2. Emancipação .....	264
5.3. Maioridade civil .....	265
5.4. Adoção .....	265
5.5. Decisão judicial .....	267
6. Perda ou destituição do poder familiar .....	268
6.1. Castigo imoderado .....	268
6.2. Abandono .....	277
6.3. Atos contrários à moral e aos bons costumes .....	279
6.4. Reiteração das faltas .....	281
6.5. Entrega de forma irregular do filho a terceiros para fins de adoção .....	282
6.6. Prática de crimes contra titular do poder familiar .....	283
6.6.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher .....	283
6.6.2. Estupro ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de reclusão .....	285
6.7. Prática de crime contra filho, filha ou outro descendente .....	285
6.7.1. Crimes de homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso envolvendo violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher .....	285
6.7.2. Estupro, estupro de vulnerável ou outro crime contra a dignidade sexual sujeito a pena de reclusão .....	286
6.8. Perda do poder familiar na lei penal .....	286

<b>SUMÁRIO</b>	<b>XIX</b>
7. Restabelecimento do poder familiar .....	288
Referências .....	291
Regras gerais sobre a colocação em família substituta .....	297
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução .....	297
2. Modalidades .....	299
Referências .....	301
Guarda .....	303
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução .....	303
2. Guarda provisória, definitiva, instrumental e excepcional .....	306
3. Guarda de fato .....	309
4. Guarda como medida protetiva ou estatutária .....	310
5. Guarda em favor da família extensa .....	312
6. Compartilhamento da guarda dos pais com a família substituta .....	315
7. Guarda subsidiada ou por incentivo: medida de acolhimento familiar .....	316
8. Guarda legal do dirigente da entidade de acolhimento institucional .....	319
9. Guarda da criança ou do adolescente estrangeiro .....	324
10. Dependência para todos os fins .....	325
11. Visitação de criança ou de adolescente sob a guarda de terceiros .....	329
12. Visitação dos filhos sob medida de proteção de acolhimento institucional ou socioeducativa .....	330
13. Apadrinhamento de crianças e adolescentes institucionalizados .....	333
Referências .....	335
Tutela .....	337
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução .....	337
2. Tutela testamentária .....	340
3. Tutela legítima .....	341
4. Tutela dativa .....	342
5. Tutela provisória e definitiva .....	342
6. Características controvertidas da tutela .....	343
6.1. Da unipessoalidade .....	343
6.2. Cabimento de curatela a pessoa menor de idade .....	345

7. Entrega do filho em tutela .....	347
8. Obrigações pessoais .....	348
8.1. Guarda do tutelado .....	349
9. Obrigações patrimoniais .....	350
10. Tutela como medida protetiva ou estatutária .....	352
11. Tutela no Código Civil: outras notas .....	353
12. Causas de cessação da tutela .....	354
Referências .....	355
Adoção .....	357
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução .....	357
2. Histórico .....	358
2.1. O direito civil constitucional .....	363
3. Conceito e natureza jurídica .....	366
4. Legitimidade .....	367
4.1. Considerações gerais .....	367
4.2. Impedimento parcial (tutor e curador) .....	371
4.3. Impedimento total (avós e irmãos) .....	372
4.4. Adoção por divorciados e ex-companheiros .....	378
4.5. Adoção por casal homossexual .....	380
4.6. Adoção de nascituro .....	390
5. Cadastro e habilitação para adoção .....	392
6. Requisitos .....	401
6.1. Idade mínima e estabilidade da família .....	401
6.2. Diferença de 16 anos .....	404
6.3. Consentimento .....	405
6.3.1. Dispensa do consentimento .....	406
6.3.2. Revogabilidade do consentimento .....	407
6.4. Concordância do adotando .....	409
6.5. Reais benefícios para o adotando .....	412
7. Estágio de convivência .....	414
8. Efeitos .....	419
8.1. Efeitos pessoais .....	419
8.2. Efeitos patrimoniais .....	424
9. Modalidades .....	424
9.1. Adoção bilateral .....	425



## SUMÁRIO

XXI

9.2. Adoção unilateral .....	428
9.3. Adoção póstuma .....	428
9.4. Adoção <i>intuitu personae</i> .....	430
9.5. Adoção “à brasileira” .....	436
10. Adoção internacional .....	438
Referências .....	445
 Prevenção.....	 448
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Introdução.....	448
2. Prevenção especial .....	454
2.1. Acesso aos espetáculos e diversões públicas .....	454
2.2. Acesso aos programas de rádio e televisão .....	459
2.2.1. Entrada e permanência.....	459
2.2.2. Participação em espetáculos públicos .....	459
2.3. Exibição de programas pelas emissoras de rádio e de televisão.....	468
2.4. Venda e locação de fitas de programação em vídeo.....	472
2.5. Revistas e publicações .....	472
2.6. Estabelecimentos que exploram jogos com apostas .....	477
2.7. Produtos proibidos.....	478
2.8. Hospedagem .....	480
2.9. Autorização de viagem .....	481
2.9.1. Considerações iniciais.....	481
2.9.2. Autorização judicial para viagem nacional .....	483
2.9.3. Autorização para viagem ao exterior .....	485
Referências .....	489

**PARTE II A REDE DE ATENDIMENTO**

A política de atendimento.....	493
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução .....	493
2. Uma visão geral da nova política de atendimento .....	502
2.1. As linhas de ação da política de atendimento .....	504
2.2. As diretrizes da política de atendimento.....	515
3. Os fundos dos direitos da criança e do adolescente .....	521
3.1. Introdução .....	521
3.2. Definição .....	522

3.3. Disciplina legal.....	523
3.4. A organização essencial .....	525
3.5. Nota sobre os denominados “certificados de captação” e as “doações casadas” .....	537
4. As entidades de atendimento.....	545
4.1. Aspectos gerais.....	545
4.2. Registro das entidades e inscrição dos programas .....	550
4.3. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional ou familiar....	555
4.4. Os princípios e as regras especialmente aplicáveis às entidades que desenvolvem programas de atendimento socioeducativo.....	565
4.5. A fiscalização das entidades de atendimento .....	569
Referências .....	572
Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	574
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	574
2. Definição .....	576
3. Natureza jurídica .....	577
4. A formação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	578
4.1. A criação do órgão .....	578
4.2. A composição paritária .....	580
4.3. A escolha dos membros .....	582
4.4. As normas de funcionamento .....	585
5. As atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente ...	587
5.1. A deliberação e o controle das ações relacionadas à política de atendimento .....	588
5.2. A gestão dos Fundos dos direitos da criança e do adolescente .....	593
5.3. O registro e a inscrição dos programas e a inscrição das entidades de atendimento não governamentais.....	594
5.4. A organização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar .....	597
6. O controle da atuação dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	600
Referências .....	602
O Conselho Tutelar.....	603
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	603

2. Visão geral.....	605
2.1. Conceito .....	605
2.2. Características.....	605
3. A estruturação do Conselho Tutelar .....	608
3.1. A implantação do órgão .....	608
3.2. A composição .....	619
3.3. Os requisitos mínimos para o exercício da função de conselheiro tutelar .....	628
4. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar .....	634
4.1. Regra geral.....	634
4.2. As peculiaridades municipais .....	636
5. As atribuições e o limite territorial de atuação do Conselho Tutelar .....	639
5.1. As atribuições do Conselho Tutelar .....	640
5.2. O limite territorial de atuação do Conselho Tutelar .....	659
5.3. Os Conselhos Tutelares em tempo de Covid-19 .....	661
6. A fiscalização do Conselho Tutelar.....	662
6.1. A revisão das decisões do Conselho Tutelar .....	663
6.2. O controle da atuação dos membros do Conselho Tutelar .....	664
Referências .....	669
 O Poder Judiciário.....	 671
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. O juiz .....	671
2. Órgãos auxiliares .....	673
 Ministério Público .....	 678
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	678
2. Instauração de procedimentos administrativos e sindicâncias (art. 201, VI e VII).....	681
3. Promover medidas judiciais e extrajudiciais para zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais das crianças e dos adolescentes (art. 201, VIII e XIII).....	683
4. Inspeção às entidades de atendimento (art. 201, XI).....	685
5. Fiscalização da aplicação das verbas do fundo municipal (art. 260, § 4º)..	686
Referências .....	689
 O advogado.....	 690
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	

**PARTE III DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Infrações administrativas .....	697
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira</i>	
1. Conceito de infração administrativa .....	697
2. Princípios gerais das infrações administrativas .....	701
2.1. Princípio da proteção integral .....	701
2.2. Princípio da prioridade absoluta .....	702
2.3. Princípio da legalidade .....	703
2.4. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos .....	705
2.5. Princípio da objetividade .....	707
2.6. Princípio da independência das sanções administrativas .....	708
2.7. Princípio da publicidade .....	709
2.8. Princípio do devido processo legal .....	710
2.9. Princípio da ampla defesa e contraditório .....	710
3. Das infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente .....	711
3.1. Breve histórico .....	711
3.2. A interpretação das infrações administrativas .....	715
3.3. A multa .....	716
3.4. Da prescrição .....	724
4. As infrações administrativas em espécie .....	726
4.1. Omissão de comunicação de maus-tratos .....	726
4.2. Impedir o exercício de direitos fundamentais de ampla defesa, contraditório, convivência familiar e escolarização de adolescente privado da liberdade .....	735
4.3. Divulgação de dados e identificação de criança ou adolescente a que se atribua ato infracional .....	736
4.4. Guarda para fins de trabalho doméstico .....	741
4.5. Descumprimento dos deveres decorrentes da autoridade familiar .....	741
4.6. Hospedagem de criança ou adolescente desacompanhado .....	767
4.7. Transporte irregular de criança ou adolescente .....	770
4.8. Proteção dos valores éticos e sociais da pessoa e da família na formação de crianças e adolescentes (arts. 252 a 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente) .....	773
4.8.1. Ausência de informação na entrada sobre diversão ou espetáculo público .....	778

4.8.2. Ausência de indicação dos limites de idade no anúncio de representações ou espetáculos .....	780
4.8.3. Transmissão, via rádio ou televisão, de espetáculo de forma irregular .....	785
4.8.4. Exibição de espetáculo de forma irregular .....	788
4.8.5. Venda ou locação de programação inadequada .....	792
4.8.6. Comercialização de revistas e periódicos de maneira irregular .....	793
4.8.7. Entrada e participação irregular de crianças e adolescentes em diversões e espetáculos .....	799
4.8.7.1. A entrada de criança ou adolescente nos locais de diversão.....	801
4.8.7.2. Participação de criança ou adolescente em espetáculos públicos .....	807
4.8.8. Não providenciar a instalação e operacionalização dos cadastros de adoção.....	811
4.8.9. Deixar de encaminhar imediatamente à autoridade judiciária mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção .....	812
4.8.10. Venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos .....	813
Referências .....	816

#### **PARTE IV A EFETIVIDADE DO ECA: MEDIDAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**

As medidas de proteção.....	823
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução .....	823
1.1. Evolução legislativa .....	823
1.2. Definição.....	825
1.3. Hipóteses de aplicação .....	825
2. As medidas específicas de proteção.....	827
2.1. Normas gerais .....	827
2.2. A autoridade competente .....	830
2.3. As hipóteses elencadas no art. 101 do ECA .....	833
2.4. Os procedimentos para a aplicação das medidas específicas de proteção .....	844
Referências .....	853
As medidas pertinentes aos pais, responsáveis ou outras pessoas encarregadas do cuidado de crianças e adolescentes.....	854
<i>Patrícia Silveira Tavares</i>	
1. Introdução.....	854

2. As medidas previstas nos arts. 129 e 18-B do ECA .....	858
3. Observações quanto ao procedimento .....	862
Referência .....	863
Os princípios constitucionais do processo .....	864
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	864
2. Devido processo legal.....	866
3. Igualdade .....	869
4. Contraditório.....	870
5. Acesso à justiça.....	872
6. Juiz natural.....	876
7. Promotor natural.....	876
8. Motivação das decisões.....	878
9. Publicidade .....	878
10. Tempestividade da tutela jurisdicional.....	879
Referências .....	882
As regras gerais de processo.....	885
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	885
2. Capacidade processual.....	887
3. Curadoria especial.....	888
4. Gratuidade de justiça.....	893
5. Segredo de justiça.....	896
6. Competência .....	898
6.1. Jurisdição. Conceito de competência.....	898
6.2. Critérios determinadores da competência.....	900
6.3. Competência absoluta e competência relativa.....	902
6.4. Critérios específicos de fixação da competência constantes do ECA...	903
6.5. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> .....	911
7. Poder geral de cautela.....	914
8. Princípio da intervenção mínima .....	920
Referências .....	920
Ação de suspensão e de destituição do poder familiar.....	923
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	923

2. Competência .....	925
3. Fase postulatória .....	930
4. Legitimidade ativa .....	931
5. Legitimidade passiva.....	936
6. Pedido cumulativo .....	942
7. Tutelas provisórias correlatas .....	944
8. Resposta do réu .....	950
9. Fase instrutória.....	952
10. Fase decisória .....	956
11. Ação de restituição do poder familiar.....	962
Referências .....	966
As regras gerais do procedimento de colocação em família substituta .....	969
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	969
2. Fase postulatória .....	971
3. O consentimento dos pais .....	972
4. Pedido formulado diretamente em cartório.....	975
5. Fase instrutória.....	976
6. A oitiva da criança e do adolescente.....	978
7. Fase decisória .....	982
Referências .....	983
Ação de guarda.....	984
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Competência .....	984
2. Fase postulatória .....	986
3. Citação ou a concordância dos pais .....	990
4. Concessão da guarda provisória e definitiva.....	991
5. Perda ou revogação da guarda .....	992
Referências .....	995
Ação de tutela e procedimentos correlatos.....	996
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	996
2. A competência considerando a situação do tutelando .....	996
3. Fase postulatória .....	996

4. Interesse exclusivamente previdenciário .....	998
5. Oitiva obrigatória do tutelando.....	999
6. Pedido de tutela cumulado com a perda do poder familiar .....	999
7. Termo de tutela .....	1000
8. Procedimento de escusa da tutela .....	1000
9. Prestação de contas e balanço na tutela.....	1001
10. Remoção ou destituição do tutor .....	1004
Referências .....	1006
 Procedimento da habilitação para adoção.....	 1008
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
 Ação de adoção .....	 1011
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Rito e competência .....	1011
2. Petição inicial e pedido.....	1011
3. Citação .....	1015
4. Oitiva dos pais biológicos.....	1016
5. Estudo de caso .....	1017
6. Audiência prévia e de instrução e julgamento .....	1017
7. Sentença.....	1018
8. Adoção internacional.....	1019
Referências .....	1020
 Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento ...	 1021
<i>Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel</i>	
1. Introdução.....	1021
2. Natureza jurídica do procedimento .....	1022
3. Competência .....	1026
4. Fase postulatória .....	1026
5. Legitimados passivos .....	1030
6. Afastamento provisório do dirigente .....	1035
7. Resposta escrita .....	1039
8. Fase instrutória.....	1042
9. Fase decisória .....	1043
10. Medidas aplicáveis à entidade condenada .....	1046
Referências .....	1057



Procedimento das infrações administrativas.....	1059
<i>Patrícia Pimentel de Oliveira</i>	
1. Natureza jurídica do procedimento .....	1059
2. Princípios.....	1060
3. Competência .....	1062
4. Rito processual.....	1063
5. O Ministério Público e a cumulação do pedido para a aplicação da multa em outras ações.....	1069
6. Abuso sexual intrafamiliar e a representação prevista no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	1074
Referências .....	1074
Procedimento de portaria e de expedição de alvará.....	1076
<i>Ângela Maria Silveira dos Santos</i>	
1. Natureza jurídica e competência para disciplinar por meio de portaria ....	1076
1.1. Introdução .....	1076
1.2. Conceituação e natureza jurídica da portaria e do alvará.....	1078
1.3. Portaria do art. 149 do ECA.....	1081
2. Autorização para a participação e a entrada em espetáculos públicos.....	1082
Referências .....	1084
Ação civil pública .....	1085
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1085
2. Direitos metaindividuais.....	1087
3. Inquérito civil.....	1091
4. Termo de ajustamento de conduta .....	1095
5. Ação civil pública .....	1099
5.1. Introdução e conceito.....	1099
5.2. Legitimidade .....	1100
5.3. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos.....	1105
5.4. Liminar .....	1106
5.4.1. Suspensão da liminar pelo presidente do tribunal.....	1111
5.5. Objeto e competência .....	1113
5.6. Sentença .....	1117
5.7. Coisa julgada .....	1123
5.7.1. Introdução.....	1123
5.7.2. Coisa julgada na ação coletiva.....	1126
5.8. Execução.....	1135

6. Processo estrutural .....	1140
Referências .....	1145
Outras ações previstas no Estatuto.....	1150
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1150
2. Mandado de segurança .....	1154
3. Ação para cumprimento de obrigação de fazer.....	1159
Referências .....	1166
Recursos.....	1168
<i>Galdino Augusto Coelho Bordallo</i>	
1. Introdução.....	1168
2. Unicidade do sistema .....	1170
2.1. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	1174
2.2. Legitimidade e interesse para recorrer .....	1177
2.3. Motivação .....	1178
2.4. Forma.....	1178
2.5. Renúncia e desistência .....	1179
3. Preparo.....	1179
4. Tempestividade.....	1182
5. Efeitos .....	1189
5.1. Concessão do efeito suspensivo.....	1193
5.2. Efeitos da apelação nas ações socioeducativas .....	1195
6. Juízo de retratação .....	1197
7. Procedimento no tribunal.....	1203
8. Recurso contra portarias e alvarás.....	1205
Referências .....	1206

## PARTE V DA PRÁTICA DO ATO INFRAACIONAL

A prática de ato infracional.....	1211
<i>Bianca Mota de Moraes</i>	
<i>Helane Vieira Ramos</i>	
1. Disposições gerais (arts. 103 a 105 do ECA).....	1211
1.1. Inimputabilidade infantojuvenil.....	1212
1.2. Ato infracional praticado por criança .....	1223
1.3. Ato infracional e indisciplina escolar .....	1225

2. Direitos individuais (arts. 106 a 109 do ECA).....	1228
3. Garantias processuais (arts. 110 e 111 do ECA) .....	1235
4. Apuração do ato infracional (arts. 171 a 190 do ECA).....	1238
4.1. Fase policial.....	1238
4.2. Fase de atuação do Ministério Público.....	1241
4.3. Fase judicial.....	1256
5. Medidas socioeducativas (arts. 112 a 125 do ECA).....	1268
5.1. Disposições gerais.....	1268
5.1.1. Adolescente em situação de uso ou de dependência de drogas	1274
5.1.2. Adolescente com transtorno mental ou outras enfermidades	1277
5.1.3. Aplicação de medidas socioeducativas ao jovem adulto.....	1281
5.2. Advertência.....	1283
5.3. Obrigação de reparar o dano.....	1284
5.4. Prestação de serviços à comunidade.....	1285
5.5. Liberdade assistida.....	1285
5.6. Semiliberdade.....	1286
5.7. Internação.....	1289
5.7.1. Internação provisória.....	1291
5.7.2. Internação definitiva.....	1297
5.7.3. Internação-sanção.....	1318
6. Execução das medidas socioeducativas (ECA e Lei n. 12.594/2012 – Sinase)..	1319
6.1. Tramitação processual na fase executória.....	1324
6.2. Reavaliação de medida socioeducativa.....	1329
6.3. Não vinculação do juiz ao laudo técnico para a reavaliação das me- didas.....	1335
6.4. Revisão de medida aplicada em sede de remissão (art. 128 do ECA)	1337
6.5. Visitas e regime disciplinar.....	1346
7. Prescrição e extinção.....	1347
Referências.....	1359

## **PARTE VI DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Da infiltração de agentes de policia para a investigação de crimes contra a dig- nidade sexual de criança e de adolescente. ....	1367
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
Referências.....	1370

**PARTE VII DOS CRIMES**

Dos crimes .....	1373
<i>Cláudia Canto Condack</i>	
1. Introdução.....	1373
2. Disposições gerais.....	1374
3. Dos crimes em espécie.....	1377
3.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	1377
3.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de realização de exames necessários.....	1378
3.3. Privação ilegal da liberdade de criança ou adolescente .....	1381
3.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou adolescente... ..	1384
3.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou constrangimento	1385
3.6. Tortura.....	1387
3.7. Omissão na liberação de criança ou adolescente ilegalmente apreendido.....	1395
3.8. Descumprimento injustificado de prazo legal.....	1397
3.9. Impedimento ou embaraço à ação de autoridades .....	1398
3.10. Subtração de criança ou adolescente .....	1399
3.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	1401
3.12. Tráfico internacional de criança ou adolescente.....	1403
3.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito .....	1406
3.14. Comércio de material pedófilo .....	1409
3.15. Difusão de pedofilia .....	1412
3.16. Posse de material pornográfico.....	1415
3.17. Simulacro de pedofilia.....	1418
3.18. Aliciamento de menores .....	1420
3.19. Norma explicativa .....	1421
3.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo .....	1422
3.21. Venda, fornecimento ou entrega de produto causador de dependência física ou psíquica .....	1423
3.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou artifício .	1425
3.23. Exploração sexual de criança ou adolescente.....	1426
3.24. Corrupção de menores.....	1429
Referências .....	1433